



# As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



# Comunidade Quilombola Desterro

A Comunidade Quilombola Desterro está localizada no município sergipano de Indiaroba. Indiaroba fica a 115 km de Aracaju e próximo à divisa com o estado da Bahia. A região é litorânea, de mata atlântica e o Quilombo Desterro é situado às margens do Rio Real.

O nome 'Desterro' é relacionado com a antiga capela da comunidade que era um lugar sagrado para os quilombolas e tinha por padroeira a Nossa Senhora do Desterro - santa zeladora daqueles que tiveram que sair de sua terra, sem alternativa, e reconstruir suas vidas em outro lugar. Essa capela é *do tempo dos antigos* e não restaram vestígios dela no território atual a não ser nas lembranças dos moradores mais idosos.



A certificação da autoatribuição quilombola de Desterro, pela Fundação Cultural Palmares, foi publicada em 2005. Em 2014, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publicou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de Desterro, que define seu território tradicional em uma área de aproximadamente 124,8531 hectares. Atualmente, 34 famílias vivem no quilombo, em uma parte reduzida, já que vastas áreas foram apropriadas, ao longo dos anos, por fazendeiros da região.

A perda de terras pelos quilombolas de Desterro é relacionada com compras e vendas irregulares, algumas vezes envolvendo ameaças e pressões violentas. Foi comum os compradores se apropriarem de áreas muito maiores do que aquelas negociadas com os moradores. O pequeno território, que restou desses processos de apropriações indevidas por fazendeiros, hoje está cercado com arame farpado por imóveis rurais de diferentes tamanhos e estruturas. Essa nova configuração da região provoca graves impedimentos de acesso dos quilombolas a lugares de uso tradicional, e os força a limitar sua agricultura às pequenas lavouras que mal sustentam o consumo das famílias. Os quilombolas precisam, então, trabalhar para fazendeiros e comerciantes da região em troca de pagamentos de pequeno valor para conseguirem pagar suas despesas.

O Rio Real é o fornecedor de água para a comunidade, que conta ainda, em suas proximidades, com um córrego temporário e uma nascente. Esses são utilizados para lavar as roupas e para o consumo dos quilombolas. Algumas casas têm um poço artesiano, que muitas vezes é compartilhado entre vizinhos. Não existem atividades poluidoras exercidas pelos quilombolas que, ao longo de sua história, preservaram as águas e as matas. Os serviços públicos disponíveis são a escola, o transporte escolar, e o fornecimento de energia elétrica.

O nome 'Desterro' reforça sua história e demonstra que, a partir de situações violentas como a escravidão, pôde surgir uma comunidade persistente que transformou a condição desfavorável de desterrados na criação de um território forte enraizado no parentesco, nos compadrios, na fé e nos saberes tradicionais que sustentam a vida comunitária. Essa história teve início com a formação do próprio estado de Sergipe.

## Breve história do Quilombo Desterro

O estado de Sergipe começou a ganhar forma no final do século 16, com a doação de terras para colonizadores e a ampliação da criação de gado para atender ao crescimento da população, nas áreas de intensa produção açucareira. Embora houvesse outros cultivos e mercados, a pecuária se destacou como a principal atividade econômica de Sergipe, entre os séculos 17 e 18. No século 19, a produção do açúcar nesse estado ultrapassou a pecuária e foi aumentando rapidamente ao ponto de, em 1886, existirem por volta de 820 engenhos em Sergipe.

Com essa concentração da economia, as áreas de vales e rios foram sendo tomadas pelos engenhos de cana de açúcar e, dentre elas, as margens do Rio Real na Zona da Mata, onde surgiu o Quilombo Desterro. A Zona da Mata foi a segunda região de maior produção açucareira de Sergipe. Para o trabalho nos canaviais e nos engenhos, a mão de obra utilizada era, em maioria, de negros escravizados, empregados também em outras atividades econômicas, urbanas e rurais, inclusive naquelas que exigiam elevado grau de especialização profissional. Isso mostra a antiguidade, a difusão e a importância da presença do povo negro em Sergipe e, principalmente, nas áreas canaveiras. Os donos de engenhos foram escravistas até o último momento da existência desse sistema de exploração no Brasil.

Em Sergipe, como em todas as regiões onde houve escravidão, os negros viveram em situação de extrema violência, e muitos se rebelaram contra a exploração a qual eram submetidos. Documentos informam que desde o século 17 houve inúmeras revoltas e formações de quilombos no estado, intensificadas na segunda metade do século 19, e concentradas na Zona da Mata, onde a presença de escravizados que trabalhavam nos engenhos e canaviais foi maior. Houve forte repressão e a ordem do governo era de destruir violentamente as chamadas ‘comunidades de negros fugidos’.

Como resistência à escravização as formações de quilombos aconteceram de maneiras variadas. Certo é que essas comunidades se originaram dos esforços de ancestrais negros que buscaram criar um modo de vida muito diferente daquele marcado pela opressão escravista. **De acordo com os moradores mais velhos de Desterro, as terras desse quilombo foram compradas por cinco irmãos: José Félix, Albino Félix, Altino Félix, Jonas Félix e Joaquim Félix. Esses irmãos são os ancestrais da comunidade que saíram de um engenho, localizado na cidade baiana de Jandaíra, com economias que, provavelmente, acumularam exercendo atividades que lhes rendia algum dinheiro, e que se instalaram no município Indiaroba, no Sergipe.**

Sr. Francisco Félix de França, neto de um dos irmãos ancestrais, José Félix, e que tinha 57 anos em 2009, conta com orgulho a história da sua família que sugere a possibilidade de terem conseguido acumular recursos suficientes para serem donos de uma terra:

**Meu avô falava que eles trabalhavam para os donos de engenho. Eles e o pai deles, meu bisavô, eram donos de uma propriedade que tinha na Bahia, chamada Marimbondo, e lá eles plantavam cana e trabalhavam para o dono do engenho. E foram juntando as economiazinhas deles e aí compraram estas terras por aqui.**

(Sr. Francisco Félix de França, 2009)

Os 5 irmãos ancestrais fundadores do Quilombo Desterro conseguiram, então, comprar uma terra. Segundo o Sr. Pedro França, que em 2009 tinha 93 anos de idade, eles compraram as terras de um religioso chamado Padre Fonseca, que morava no Riachão dos Dantas.

## Comunidade de parentes

O quilombo Desterro formou-se, então, pela compra familiar de uma terra que passou a ser habitada pelos irmãos e seus descendentes, vivendo do cultivo, da caça, da pesca, da extração de frutos,

ervas, fibras e da criação de animais. **As relações de família e de amizade entre os quilombolas são marcantes em Desterro. Os casamentos e compadrios demonstram como as pessoas da comunidade estão ligadas por laços duradouros.**

Eram bastante comuns os casamentos entre primos e por isso existem dois troncos familiares principais na comunidade que correspondem aos sobrenomes 'Félix da Silva' e 'França'. Na região, não era raro todos os quilombolas de Desterro serem conhecidos como "Os Félix". Mas há também outras famílias no quilombo com os sobrenomes 'Cruz', 'Farias', 'Santos', 'Coleta' e 'Cariri'. Essas famílias surgiram, sobretudo, a partir de casamentos dos quilombolas descendentes dos irmãos fundadores com pessoas *de fora* que chegavam para trabalhar, muitas vindas de Cajueiro (localidade vizinha a Desterro), Cachoeira (localidade também próxima a Desterro), da cidade de Indiaroba/SE, de Aracaju/SE, de Jandaíra/BA, Salvador/BA, e até de São Paulo/SP. Contam que no princípio, conforme a tradição do quilombo, os sobrenomes eram herdados apenas do pai, mas com o tempo começaram a fazer os registros civis em cartório e os filhos e filhas passaram a herdar os sobrenomes de pai e de mãe.

Eram muito comuns os casamentos arranjados pelos pais dos noivos, que deviam ser celebrados conforme o rito católico e, posteriormente, passaram também a ser oficializados no cartório. Nesse tempo mais antigo dos casamentos combinados pelos pais, muitas vezes ocorriam fugas de casais que desejavam se unir independente dos arranjos familiares. O casal geralmente fugia para a casa do namorado que se tornaria o esposo, ou para as fazendas próximas onde conseguiam certo apoio do fazendeiro. Segundo o Sr. Pedro França:

**Fazendeiro nesse tempo era o governo, o que dissesse estava dito... Depois, quando a poeira baixava, [o casal] voltava, já voltava casado, no padre e tudo. [...] Tem muito pai de família aqui que dizia que só ia fazer a barba depois que matasse o infeliz que carregou a filha dele. Ou matava ou casava. Era uma lei séria.**

Quando o casal não tinha onde morar, tanto nas situações de fugas para casar, quanto nos casamentos arranjados pela família, era bastante comum a mulher passar a morar na casa do marido.

Além dos casamentos, os compadrios também são laços muito fortes no quilombo. O compadrio está relacionado ao parentesco, mas também ao companheirismo: “O padrinho é sempre uma pessoa de confiança, um vizinho, também da família”, explica o Sr. Pedro.

## Perda das terras do quilombo Desterro

Desde o *tempo dos antigos*, quando a terra foi comprada pelos 5 irmãos ancestrais, o território do quilombo é um bem coletivo. Contam que Os Felix tinham o documento das suas terras, mas foram roubados na década de 1950. Seu Francisco relata:

Ele [fazendeiro] mandava, o pobre não tinha nada. Bateria e botava eles pra correr. Ai correram, ele [fazendeiro] foi e tomou conta das terra tudo. Até hoje, eles, o antigo dono [...] morreu, a família vendeu pra outro, o outro já vendeu pra outro, o outro já vendeu pra outro e vem sendo assim esta área de terra que tem lá. Depois nós ficamos aqui com este pedacinho de terra aqui, eu com muita luta pra criar os filhos. Muita luta e fé em Deus, mas só a lei, que tem a cerca, agora ele vem e toma a cerca...

Em umas das ações de apropriação indevida, um fazendeiro da região comprou uma parte das terras de um dos antigos moradores de Desterro, mas tomou posse de uma parcela bem maior do que a que havia comprado, agindo como um invasor. Para operar esse delito o fazendeiro utilizou da força de jagunços, com muita violência e contou ainda com a ajuda de autoridades da região. Na expulsão dos antigos moradores da parcela de terra roubada, uma senhora morreu em sua casa de palha. Era a bisavó de Sr. Francisco Félix de França. Os jagunços chegaram com violência para tomar a terra cobijada pelo patrão, e ela não conseguiu correr. Eles colocaram fogo na casa e ela morreu queimada. Sr. Francisco descreve como foi a invasão das terras e expulsão dos quilombolas:



(...) um belo dia eles vieram de surpresa e eles correram o povo. Quem podia correr correu, meu pai foi um que não pôde correr porque eles pegaram de surpresa, deixaram meu pai ali dentro preso. Só que naquele tempo era muito mato e, quando o cara caía fora do mato um pouquinho, caía fora do caminho um pouquinho, ai ninguém achava mais porque estava no mato mesmo. Tudo era mato. As pessoas daqui que conheciam o mato correram tudo para o mato. Foram para o estado da Bahia, depois ficaram muitos anos.

Os quilombolas tiveram que se abrigar do outro lado do Rio Real, no estado da Bahia. Chegaram a tentar reaver as suas terras, mas a presença de jagunços, destacamentos da polícia, e até oficiais de justiça e juízes, agindo em favor dos fazendeiros impediu de que conseguissem sucesso. Somente depois da troca do governador de Sergipe foi possível a volta dos que haviam sido expulsos do Quilombo Desterro, mas eles não conseguiram recuperar as terras roubadas.

O modo de vida mais rico e feliz, os quilombolas relacionam com o que chamam de *o tempo dos antigos*. **O tempo dos antigos é lembrado pelos mais velhos como um período de fartura, de livre usufruto da terra e do acesso às matas, quando era possível plantar a própria roça com autonomia, com variedade de cultivos, sob um regime de usos coletivos da terra.** Os alimentos produzidos abasteciam a comunidade, e eram, também, vendidos nas feiras da vizinhança. Nesse tempo, era possível realizar a *solta*: o uso coletivo de grandes áreas para a criação de gado. *Solta* é também o nome regional para a terra de uso comum onde é livre o acesso a diversos recursos naturais. Explica o Sr. Francisco Félix de França:

Na nossa linguagem, a gente chama *solta* porque quando chega com o animal a gente solta. [...] É a solta, olha só *está na solta* porque aquele animal *está* comendo solto, né? O bicho pode ficar solto.

Nesse tempo de mais liberdade, muitos quilombolas tinham conhecimento sobre as folhas, raízes e ervas medicinais da mata,

tratando de males e doenças a partir da sua sabedoria. Esses conhecimentos ainda são fortes na comunidade, mas atualmente limitados a um grupo menor.

## *Os tempos do mato*

As narrativas dos quilombolas mais experientes demarcam também uma forte diferença sentida entre o que chamam de *os tempos do mato* e *os tempos de hoje*.

**Nos *tempos do mato* experimentaram maior segurança quanto ao acesso ‘à natureza’, às condições para cultivar suas roças, extrair as ervas, usufruir dos locais mais apreciados para o lazer e para o trabalho. Os *tempos de hoje* são marcados pela falta das terras e pelas restrições que impedem o modo de vida tradicional.**

Os tempos do mato eram, ainda, quando conviviam com seres – como a Caipora e outros caboclos encantados. Sr. Francisco diz que ouvia as “histórias do negrinho caboclo do mato, [e que] ele passa assoviando”. O senhor nunca viu o encantado, mas já ouviu “o assovio dele muitas vezes, passa aí assoviando e o pessoal diz que é ele [...] caboclo do mato”.

Os encantados e os casos sobre seus feitiços eram muito mais comuns no tempo em que existia a mata dentro do território da comunidade. Sr. Francisco escutava muito essas histórias dos mais antigos, o seu avô contava:

que Titio do Mato dava até carreira nele [...] diz que ia para o mato e vinha assoviando e correndo e diz que até berrar ele berrava! Ele contava muito essas histórias. Comigo nunca aconteceu não, mas o meu avô contava essas histórias [...] contava, nesse tempo era mata.

A presença dos encantados foi se tornando rara, assim como as matas e as andanças pelos vastos caminhos que havia na terra dos quilombolas e que hoje não existem mais.

## Saberes e fazeres ancestrais

Nas áreas *da solta* existia o *mato* onde a comunidade identificava uma variedade de ervas, folhas e raízes utilizadas para o tratamento de doenças e malefícios. O Sr. Francisco Félix de França conta sobre uma menina que, picada por uma cobra, foi curada com o tratamento a base de ervas indicadas por ele. Ele conheceu essas ervas por volta de seus 14 anos de idade, aprendendo com os mais velhos da comunidade. Uma delas é o capim-santo, que age como uma espécie de calmante. “Ele serve para a pessoa se controlar, [para] dor de cabeça, para os nervos”, ensina Senhor Francisco. Apesar de o espaço do mato estar bastante reduzido atualmente, ainda é possível encontrar e utilizar algumas ervas.

O samba de coco é uma brincadeira característica de Desterro, em que a comunidade reafirma que a alegria e o divertimento não podem enfraquecer, apesar do intenso trabalho. O samba é brincado também em outras comunidades quilombolas de Sergipe, tais como Catuabo, Ladeiras e Caraíbas. A brincadeira é uma dança com passos e balanceios padronizados, associada a cantigas improvisadas, executadas durante trabalhos coletivos como mutirões de ajuda na construção de casas de barro e palha. Aliás, os modos construtivos



Sr. Francisco mostrando as ervas utilizadas na comunidade.  
Fonte: Relatório Antropológico.

dessas casas de barro e palha são outra sabedoria ancestral que marca a tradição do quilombo.

O Sr. José Félix da Cruz se lembra das festas que aconteciam na comunidade, nos bons tempos, quando havia a *brincadeira de roda* e muitas outras brincadeiras em que as pessoas dançavam juntas com alegria.

O culto do xangô (uma forma regional de religião de matriz africana) é dedicado às rezas e terapias curativas para pessoas enfermas ou com outros tipos de problemas. Essa religiosidade envolve importantes saberes e fazeres que estão presentes no quilombo Desterro, embora hoje em dia de forma bastante reduzida.

Ainda é possível identificar algumas parteiras e conhecedores de terapias que auxiliam as gestantes e os doentes da comunidade. Até há pouco tempo, era comum *enterrar o umbigo* dos recém-nascidos para evitar enfermidades. O lugar específico era o entorno da jenipaveira, uma árvore especial na tradição do quilombo, tanto por suas qualidades terapêuticas, quanto por sua função de reunir as famílias em atividades sociais, políticas e culturais.



Sr. José Félix da Cruz tocando o Samba de Coco  
Fonte: Relatório Antropológico.



Área de lazer do quilombo Desterro  
Fonte: Relatório Antropológico.

A antiga Capela Nossa Senhora do Desterro também era um lugar sagrado. A comunidade almeja a construção de uma nova capela para revigorar sua devoção.

## Os tempos de hoje

Atualmente, a comunidade está rodeada por propriedades particulares de diferentes tamanhos, com cercas que delimitam os terrenos. Os quilombolas vivenciam, assim, muitas restrições de acesso às áreas tradicionalmente usadas, tendo suas vidas e suas formas de garantia de sustento ameaçadas.

Restou no quilombo uma área reduzida para as plantações, permitindo uma agricultura suficiente apenas para o consumo das famílias. Isso inviabiliza o acesso ao dinheiro por meio do comércio de parte da colheita e, por consequência, impede que os quilombolas adquiram outros produtos e também serviços necessários. Para a grande maioria, a opção é a venda de sua mão de obra nas fazendas vizinhas.

A comunidade realiza a coleta de cocos de coqueiros da baía nas áreas de entorno do quilombo, além do ‘entramento’, que é um

serviço feito a partir da técnica tradicional de confecção e reparo de redes de pesca. Uma artesã produz panelas e potes de barro, ofício herdado dos antepassados.

As plantações na comunidade são de coqueiros da baía e de bananeiras, além de culturas de subsistência, como a mandioca, e as temporárias, como milho, maracujá, abacaxi e feijão, cultivadas em



Rede de pesca produzida na comunidade

Fonte: Relatório Antropológico.



Plantação de abacaxi no Quilombo Desterro

Fonte: Relatório Antropológico.



pequenas áreas, na maioria das vezes, nos quintais das casas. Alguns quilombolas criam gado bovino. Outros criam peixes e camarões em viveiros. A pesca artesanal no Rio Real também é realizada ainda hoje. Nas áreas de mangue, o extrativismo de caranguejos, ostras e siri é possível, mas em condições bastante limitadas.



Área de mangue do Quilombo Desterro

Fonte: Relatório Antropológico.



Bananal do Quilombo Desterro

Fonte: Relatório Antropológico.



Potes de barro produzidos na comunidade

Fonte: Relatório Antropológico.

A situação de privação da terra causa grande sofrimento e os quilombolas almejam a garantia do seu direito ao território tradicional da comunidade. Carecem especialmente das terras em uma área plana, com boas condições de acesso aos recursos hídricos, com condições adequadas de desenvolvimento de atividades que possam gerar trabalho e renda para as famílias quilombolas, como no *tempo dos antigos*. Apenas sob essas condições poderão favorecer a permanência dos moradores nas terras ancestrais.

Esta narrativa foi composta por Luciana Célia da Silva Costa a partir do Relatório Antropológico Comunidade Remanescente de Quilombo Desterro, elaborado pela equipe técnica: Mariana Balen Fernandes (antropóloga coordenadora); Aderval Costa Filho (antropólogo); Rafael Lopes Franco (engenheiro-agrônomo); Vinícius Pereira de Oliveira (historiador) e Cristian Jobi Salaini (antropólogo). Informações adicionais foram obtidas no site do Inbra: <http://www.inbra.gov.br/noticias/inbra-publica-relatorio-para-delimitacao-de-territorio-quilombola-em-sergipe>.

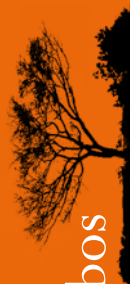


# Uma palavra da comunidade

## Desterro

Nosso maior sonho é o de reconquistarmos as terras de nossos antepassados. Para crescermos na comunidade, e termos mais possibilidades de vida. Assim teríamos espaço para viveiros da produção de camarão, por exemplo. Enfrentamos muitas dificuldades para nos mantermos, e estamos sozinhos em nossas lutas. Mesmo nossas comunidades vizinhas não trabalham junto conosco. Somos 34 famílias cadastradas na associação de moradores, pois o território é pequeno para todos, e as outras famílias do povoado ainda não participam. Não conquistamos nada na comunidade e necessitamos de água de qualidade para todos, bem como, escolas, posto médico e cursos profissionalizantes para os jovens e adultos. As estradas da região também precisam de melhorias. Estamos a mais de 10 anos no processo de titularização de nossas terras, mas as notícias ainda não são boas. Vivemos da pesca e temos algumas roças de mandioca e banana, fazemos de tudo um pouco, além de recebermos algumas cestas básicas de 3 em 3 meses em Itabaiana Grande, através da ajuda do prefeito.

Esta Palavra da Comunidade foi construída através de relatoria da reunião realizada em 29 de Fevereiro de 2016, pela Associação Quilombola do Desterro. E em entrevista ao sr. José Damázio Luciano, presidente da Associação.



# Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C837qd Costa, Luciana Célia da Silva  
Quilombo Desterro / Luciana Célia da Silva Costa . - Belo Horizonte :  
FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório antropológico Comunidade Desterro, elaborada  
por equipe técnica: Mariana Balen Fernandes, Aderval Costa Filho, Rafael  
Lopes Franco, Vinicius Pereira de Oliveira e Cristian Jobi Salaini.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Relatório antropológico Comunidade  
Desterro. I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER  
Presidente da República

ELISEU PADILHA  
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO  
Secretário Especial de Agricultura Familiar  
e do Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC  
Secretário Executivo Adjunto de Agricultura  
Familiar e do Desenvolvimento Agrário

CARLOS EDUARDO BOVO  
Diretor da Coordenação-Geral de Gestão  
Estratégica, Monitoramento e Avaliação  
(CGMA/ NEAD)

WILLY DE LA PIEDRA MESONES  
Coordenador-Geral de Gestão Estratégica,  
Monitoramento e Avaliação (CGMA/ NEAD)

LEONARDO GÓES SILVA  
Presidente do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES  
Diretor de Ordenamento da Estrutura  
Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS  
Coordenador Geral de Regularização  
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS  
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI  
JULIA MARQUES DALLA COSTA  
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS  
Apoio técnico – Superintendências do  
Incra nos estados

## A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS  
CENTRO DE ESTUDOS  
RURAIS E AMBIENTAIS

IB  
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE  
AGRICULTURA FAMILIAR E DO  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL  
GOVERNOS UNIDOS